



## “A SANTA JOANA DOS MATADOUROS”: O CAPITALISMO COMO MÁQUINA DE MOER GENTE

*Leonardo Lani de Abreu\**

### Resumo:

Em “A santa Joana dos matadouros”, Brecht aborda as consequências sobre os indivíduos das crises cíclicas capitalistas. Pedro Bocarra, rei dos frigoríficos em Chicago, decide vender sua parte no negócio a seu sócio. Como esse último condiciona a transação à aniquilação da concorrência, Bocarra recorre a estratégias que colocam em crise todo o sistema produtivo, prejudicando empresários e trabalhadores e causando a morte da personagem que dá nome à peça. A obra aborda duas grandes linhas de força do marxismo: a denúncia da inevitabilidade das débâcles econômicas sob o capitalismo e da religião como instrumento de entorpecimento das classes subalternas.

**Palavras-chave:** Mercado; Alienação; Crise do capital; Desnaturalização; Pós-modernismo.

## “SAINT JOAN OF THE SLAUGHTERHOUSES”: CAPITALISM AS A MACHINE FOR GRINDING PEOPLE

### Abstract:

In “Saint Joan of the slaughterhouses”, Brecht addresses the consequences of capitalist cyclical crises. Bocarra, king of meatpackers in Chicago, decides to sell his share of the business to his partner. As the latter conditions the transaction to the annihilation of competition, Bocarra resorts to stratagems that put the entire production system in crisis, harming entrepreneurs and workers and causing the death of the character that gives the play its name. The work addresses two main lines of force of Marxism: the denunciation of the inevitability of economic debacles under capitalism and of religion as an instrument of numbing.

**Keywords:** Marketplace; Alienation; Capital crisis; Desnaturalization; Postmodernism.

## 1 INTRODUÇÃO

O dramaturgo, romancista e poeta alemão Bertolt Brecht (1898-1956) nasceu na cidade de Augsburg, na Baviera, numa família de classe média — seu pai era diretor de uma fábrica de papel. Em 1917, matriculou-se na Universidade de Munique, para estudar Medicina, mas no ano seguinte foi convocado pelo exército e atuou como enfermeiro numa clínica militar em sua cidade natal. Os desdobramentos catastróficos da 1ª Guerra Mundial e a Revolução Russa colaboraram para sua conversão ao marxismo na década de 1920 (DANIEL, 2013). Sinônimo de artista engajado, empenhou-se em colocar o problema da exploração dos trabalhadores no

---

\* Professor adjunto no curso de Direito da Universidade Federal do Acre, Auditor-Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e da Previdência e doutorando no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano. Endereço: BR-364 – 2081 – Ecoville – Q9 – lote 16 – CEP 69.915-630 – Rio Branco/AC – e-mail: leo-lani@hotmail.com



centro de sua obra, posicionada nos antípodas do cânone burguês. Brecht notabilizou-se por expor as contradições do sistema capitalista, o qual, a seu ver, era tudo, menos natural. Seu trabalho abriu o caminho para que a prática teatral se transformasse em instrumento capaz de deflagrar um processo simultâneo de conscientização e politização do público.

Logo que soube do incêndio do prédio do Reichstag, evento crucial para tomada de poder por Adolf Hitler, partiu para o exílio, convicto de que suas críticas à ascensão do nazismo não iriam passar em branco, dando início a um verdadeiro périplo, com a duração de 15 anos, por vários países do mundo:

[...] ele erra de Praga a Paris e de Londres a Moscou; estabelece-se em Svendborg, na Dinamarca; passa por Estocolmo; atinge a Finlândia; reparte para Leningrado, Moscou e Vladivostok; fixa-se em Los Angeles; detém-se em Nova York; deixa os Estados Unidos no dia seguinte a seu depoimento diante da Comissão de Inquérito sobre as Atividades Antiamericanas; chega a Zurique antes de encontrar-se definitivamente em Berlim (DIDI-HUBERMAN, 2017, p.16-17).

Junto com o encenador e ator alemão Erwin Piscator (1893-1966), com o qual colaborou em muitas peças, foi um dos expoentes do teatro épico, gênero que privilegia o contexto sociopolítico do drama. No entanto, enquanto esse último tornou-se refém de determinadas concepções dogmáticas, em especial a ideia de que a história é governada por leis inflexíveis, de fundo econômico, Brecht preferiu escapar de didatismos e deixar o espectador tirar suas próprias conclusões, reforçando assim a própria autonomia (ROUBINE, 2011).

Para ele, o teatro tem a missão de reverter a passividade das pessoas em relação ao mundo, transformando-as em seres capazes de entender que os valores vigentes não são imutáveis, como se pode depreender de uma passagem célebre de sua produção poética: “[...] em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural. Nada deve parecer impossível de mudar.” (BRECHT, 2016, p. 293). Tais palavras, por mais tocantes e verdadeiras que sejam, parecem não encontrar ressonância na quadra histórica ora em curso.

A queda do muro de Berlim simboliza a derrubada da última barreira ao predomínio irrestrito das leis do mercado, do capitalismo, do neoliberalismo e da globalização, sintetizado no slogan TINA – *there is no alternative*, cuja criação é normalmente atribuída a Margaret Thatcher, quando esta era primeira-ministra do Reino Unido (WRAY, 2013, p. 705). No plano filosófico, a descrença em mudanças estruturais radicais encontra guarida no pós-modernismo, corrente filosófica que apregoa a morte das metanarrativas, explicações que pretendem dar conta de todos os aspectos da realidade social, tais como o marxismo e o iluminismo (LYOTARD, 2015).



Na ótica pós-moderna, todos aqueles insatisfeitos com o atual estado de coisas devem contentar-se, no máximo, com mudanças pontuais, em nível local, já que qualquer ação coletiva de maior envergadura é obstada, de forma quase intransponível, pela personalização da informação - tornada viável pela ampla disseminação das tecnologias digitais - e pelas pressões da competição intersubjetiva - acirradas pela desregulamentação e desestruturação do mercado de trabalho. Essas forças individualizantes dão ensejo a um mundo cada vez mais fragmentado, do ponto de vista social. A única universalidade aceita sem maiores discussões é a do capital, que encontra pouca ou nenhuma resistência em sua propagação por todos os quadrantes.

Sob o signo da pós-modernidade, qualquer significado universal é tachado como “essencialista”, “fundacionista” ou “reducionista”, entre outras adjetivações desabonadoras. Os ataques pós-modernos ao capitalismo — sistema dos mais totalizantes — são não propositivos e nem se aproximam, em virulência, das descargas contra as “grandes narrativas”. A pós-modernidade não tem construído alternativas com a mesma facilidade com que desconstrói as já existentes. Sua rejeição a qualquer identidade estável acaba sendo despolitizante e servindo involuntariamente — ou voluntariamente? — ao neoliberalismo.

No pós-modernismo, há uma exacerbação do construcionismo social. Uma coisa é admitir que a linguagem participa da formação de nossa identidade e do mundo que compartilhamos e outra bem diferente é dizer que “tudo é linguagem.” É urgente recuperar o potencial heurístico da categoria classe social e refutar a diluição das forças sociais e políticas num caldo discursivo. A obsessão com a linguagem, principal linha de força da pós-modernidade, ganhou grande influxo com a virada linguística. Esse desenvolvimento filosófico, ocorrido durante o século XX, pode ser sintetizado no aforismo “Os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo.” (WITTGENSTEIN, 2001, p. 245, grifo do autor), que impugna a teoria da verdade como correspondência entre o objeto externo e a sua representação mental (ARISTÓTELES, 2002).

Vendida como uma grande inovação, a magnificação da linguagem pouco tem de original. O prolongado debate entre realistas — defensores da tese de que a realidade independe do pensamento — e nominalistas — descrentes de uma objetividade exterior às consciências individuais — têm a idade da filosofia ocidental. A existência ou não da verdade é o pomo da discórdia entre Sócrates e os sofistas. O primeiro sustentou a substancialidade da verdade, válida para qualquer indivíduo e cognoscível pela razão, enquanto os segundos estipularam que

a verdade é um ponto de vista que se erige como vencedor numa discussão em função da capacidade persuasiva de quem o articula.

O Sócrates platônico não chega tão longe. Em “Crátilo” (PLATÃO, 1988), assume que as palavras são imagens imperfeitas dos objetos reais, já que se os reproduzissem de maneira imaculada, não seriam imagens, mas sim duplicações deles. Os senões da linguagem não o transformaram num cético. Deduzimos de suas falas que, não obstante a inatingibilidade do conhecimento absoluto, não se pode abandonar a busca pelo conhecimento. É equivocado tê-lo como um dogmático, porque a substância de seu saber consistia de dúvidas e não de certezas, como afirmava sempre que uma oportunidade se apresentava. A consciência de que seu intelecto não conseguia colher toda a realidade tornou-o aberto aos mundos interno e externo.

A fama dos sofistas foi melhorando com o passar do tempo. Na democracia grega, o domínio da arte da palavra abria aos jovens as portas da carreira política ou mesmo lhes permitia se defenderem judicialmente, por isso os especialistas na linguagem eram muito procurados. Quem pode repreendê-los por cobrarem pelos seus ensinamentos? É cada vez mais pacífico entre os filósofos que a sofística se apresentou como um divisor de águas na saga do pensamento mundial, por motivos como seu parecer de que a sociedade deve ser compreendida em seus próprios termos e não através de argumentos naturalísticos, seu pioneirismo na profissionalização da educação e sua repulsa ao absolutismo epistemológico ou moral.

Desagravo feito, consideramos que a atmosfera sofística de hoje é anti-humanista. Na visão do mundo como uma cornucópia de fenômenos linguísticos, impulsionada pela lógica posta pela virada linguística e pelo pós-estruturalismo, o critério exclusivo de verdade é a coerência interna dos enunciados, o que denota um certo descuido com a totalidade social. A função do conceito é permitir a cognição de uma seção do real, por isso há de se desconfiar das conceituações muito abrangentes. Conceitos que a tudo englobam não são conceitos, mas sim generalizações indevidas. O panlinguismo desvirtua a linguagem, pois “[...] se ela é tudo, não é nada em particular.” (DUARTE JÚNIOR, 2008, p. 141).

A substituição da igualdade moderna pela diversidade pós-moderna comporta sérias dificuldades. Marx comunga com os filósofos iluministas a crença no poder emancipatório da razão. Pelo enfeixamento entre teoria e prática, os trabalhadores podem se conscientizar da dominação a que estão submetidos e finalmente superá-la. Há diferenças significativas, no entanto, entre os pontos de vista em debate. No materialismo marxista, os seres humanos não podem ser pensados fora das relações que estabelecem entre si, das quais extraem sua essência



(MARX; ENGELS, 2007). A verticalização dessas relações, numa sociedade dividida em classes, dá origem a conflitos de difícil conciliação, que movem a história. Marx modifica o método dialético hegeliano num ponto nodal: o ser humano passa a protagonizar a história, ao invés de ser coadjuvante no desenvolvimento de uma totalidade semovente.

Na atual circunstância, pode parecer fora de propósito defender a atualidade do marxismo em geral e do pensamento brechtiano em particular. Entretanto, a desigualdade social que motivou a indignação da dupla alemã não só subsiste como vem aumentando para mais de 70% da população global (UN DESA, 2020). É supérfluo dizer que os ricos têm ficado cada vez mais ricos: os cem maiores bilionários do mundo acrescentaram à sua fortuna US\$ 240 bilhões apenas em 2012, quantia que, de acordo com a Oxfam, poderia erradicar a pobreza mundial de uma hora para outra (HARVEY, 2016). É sintomático que os arautos do pós-modernismo se empenhem com todo o denodo em pôr em relevo a decrescente legitimidade de instituições como o Estado, os partidos políticos, os sindicatos e as universidades, ao mesmo tempo que endeusam, sem a menor ressalva, o mercado, fora do qual não haveria salvação.

Trata-se, contudo, de uma divindade cruel, que sem nenhum pejo transforma as vítimas em culpados. Ainda em 2003, o número de pessoas vivendo em favelas nas cidades do sul do mundo era de quase um bilhão (UN-HABITAT, 2003), e projeta-se que esse contingente chegue a 3 bilhões até 2050 (JÚNIOR, 2013). A inscrição que Dante Alighieri (1265-1321) mencionou estar escrita em um letreiro por cima de uma porta do inferno - “Deixai toda esperança, ó vós que entrais!” (ALIGHIERI, 1998, p. 37) – pode muito bem ser erguida na entrada das favelas, localidades onde os habitantes estão sujeitos à segregação, racismo, problemas sanitários, epidemias, violência, explosões tóxicas e tragédias oriundas de desmoronamentos, enchentes, incêndios e terremotos, entre outras mazelas.

Não é de todo descabida a hipótese de que a “guerra ao terrorismo” seja uma guerra mundial incipiente entre o império norte-americano e os pobres de todo o mundo, espalhados pelas favelas dos cinco continentes (DAVIS, 2006). Diante da persistência de problemas sociais crônicos, com os quais os trabalhadores ingleses já se viam às voltas, em meados do século XIX, como relatou Engels (2010), o tom triunfante da retórica neoliberal pouco se justifica. Na realidade, afigura-se mais apropriado afirmar que não é o marxismo que está ultrapassado, mas sim o próprio capitalismo (EAGLETON, 2012).

A declaração de Jean-Paul Sartre (1905-1980) de que o marxismo é “a insuperável filosofia de nosso tempo” (SARTRE, 2002, p. 14) continua válida, justamente porque as

contradições do capitalismo não param de se acumular e o marxismo é a crítica mais consequente já feita a esse modo de produção. Assim, o marxismo permanece como a contraface necessária do capitalismo e só se tornará dispensável quando a exploração do homem pelo homem deixar de existir. Ainda que pareça ingênuo esperar pelo fim da mercantilização das relações sociais, a primazia do mercado não é algo naturalmente dado, como o chão que se pisa ou a ar que se respira.

O mercado não passa de uma construção histórica e, como tal, pode ser desconstruído. Brecht tem uma especial contribuição a dar neste esforço de desmantelamento de uma ordem social injusta. Ele lembra que a *conditio sine qua non* para que o mundo seja reproduzido no teatro é concebê-lo como passível de modificação (BRECHT, 1978). Nesse sentido, sua ficção é mais verdadeira que determinadas manifestações religiosas, jurídicas e filosóficas, voltadas, o mais das vezes, para a mistificação da humanidade. O dramaturgo corrobora o entendimento marxista de que há poucos motivos para a sociedade capitalista jactar-se de sua modernidade, ancorada antes no fanatismo e na superstição que numa racionalidade mais elevada.

É o que se pode comprovar na peça teatral “A Santa Joana dos matadouros”, escrita entre 1929 e 1931, em meio à maior crise que o sistema capitalista já atravessou. A peça transcorre nos matadouros de Chicago, nos Estados Unidos. Às dificuldades dos trabalhadores com o desemprego e as demissões crescentes, causadas em grande parte pelas maquinações de especuladores, soma-se um rigoroso inverno, que torna ainda mais dramática a situação da classe operária. A ingênua e enérgica Joana Dark, integrante do grupo missionário “Boinas Pretas”, propõe-se a mitigar o sofrimento dos obreiros, à base da distribuição de uma sopa rala e da entoação de cânticos religiosos. Conforme ela se envolve com a luta operária, vai deixando as ilusões de lado e conscientizando-se das incoerências da política econômica e da necessidade de transformações mais profundas.

O presente trabalho é dotado de um duplo objetivo: explicitar a contribuição do teatro épico de Brecht no fomento à reflexão crítica e à (re)organização dos diversos segmentos sociais a favor de um projeto de emancipação humana, bem como evidenciar a colaboração das instituições judiciárias na manutenção de uma ordem de coisas favorável às classes dominantes, baseada sobretudo na mortalidade infantil, na superexploração da força de trabalho, na desnutrição crônica, na indiferença pela sorte dos desvalidos, na criminalização da pobreza e na destruição ambiental. A superação desse quadro passa tanto pelo ataque à ideia de que o mercado é a única instância apta a regular o convívio social quanto pela reabilitação da política,





atividade mais talhada a impor limites à sanha irrefreada dos plutocratas pelo lucro, que tantos prejuízos tem causado à sociedade e à natureza.

## 2 A GRANDE TRANSFORMAÇÃO: DIÁLOGOS COM KARL POLANYI

A entronização do mercado constitui hoje o maior obstáculo não apenas à efetivação de direitos fundamentais sociais, mas também à permanência de garantias mínimas já conquistadas. É de conhecimento geral que os trabalhadores são sistematicamente obrigados a pagar a fatura das crises periódicas do capital, o que se concretiza através do desmonte dos frágeis mecanismos existentes de proteção social, em especial, no caso brasileiro, das legislações trabalhista e previdenciária, que têm sido objeto de uma investida sem precedentes por parte do capital, desencadeada pelo golpe parlamentar de 2016 (BRAGA, 2017). A derrubada do governo Dilma Rousseff foi viabilizada, em grande medida, pela espetacularização da Lava Jato, consistente na cobertura jornalística ad nauseam das ações de agentes públicos vinculados à operação, como policiais federais, procuradores da República e a vedete maior, o juiz federal Sérgio Fernando Moro (SERRANO, 2015).

Os sonhos da carteira assinada e da aposentadoria têm cedido lugar aos pesadelos do trabalho precário – conceito que abrange “[...] atividades no setor informal e empregos temporários no setor formal.” (KALLEBERG, 2009, p. 21) - e do desamparo na velhice. Como não poderia deixar de ser, a diminuição dos direitos sociais concorre, de uma forma ou de outra, para o aumento da criminalidade (RESENDE; ANDRADE, 2011). Os programas policiaiscos incumbem-se de amplificar os episódios de violência, criando um clima generalizado de medo que predispõe a população a aderir a clamores punitivistas que solapam as salvaguardas jurídicas mais comezinhas.

Pode parecer que a menção à deposição de um governo legitimamente eleito foge ao escopo do presente texto, qual seja, a análise da crítica de Bertolt Brecht à ditadura do mercado, consubstanciada na obra “A santa Joana dos matadouros.” Essa evasão é, por motivos variados, apenas aparente. Em primeiro lugar, nada é mais distante do ideal brechtiano de combate às injustiças sociais do que o descompromisso com a realidade. Consoante a lição de Brecht, as peças teatrais dignas de serem assistidas são as que permitem aos espectadores extraírem o máximo de consequências práticas para a vida cotidiana, e não as que os narcotizam, as quais, de modo similar aos estupefacientes, são responsáveis pelo “[...] desperdício de grandes

quantidades de energia que poderiam ser usadas na melhoria da sorte humana.” (FREUD, 2011, p. 22). No poema “Eu, que nada mais amo”, transparece de maneira cristalina o espírito de rebelião que Brecht conseguiu, como poucos, encarnar:

Eu, que nada mais amo  
Do que a insatisfação com o que se pode mudar  
Nada mais detesto  
Do que a insatisfação com o que não se pode mudar. (BRECHT, 2012, p. 82).

A lição de Brecht é mais que oportuna aos brasileiros, levados a acreditar, por um conluio espúrio estabelecido entre integrantes da mídia e do sistema nacional de justiça, que o Estado é a fonte de todos os males sociais e o mercado, a única instituição merecedora de crédito. Quando ele, em “A vida de Galileu” (BRECHT, 1991), deplorou o fato de alguns países precisarem de heróis, quis destacar que, numa democracia autêntica, o protagonismo deve caber aos cidadãos. No Brasil, certos personagens de ocasião incensados pelos meios massivos de comunicação têm, com incômoda frequência, usurpado um ativismo cuja titularidade é, ao fim e ao cabo, da população, numa demonstração cabal da fragilidade de nossa democracia.

Outra razão que justifica a utilização da obra brechtiana para o deslindamento da conjuntura brasileira é a capacidade singular que esses escritos possuem de desmascarar falsos moralismos. Qualquer um que questione os procedimentos utilizados pela Lava Jato ou manifeste simpatia pelo Partido dos Trabalhadores, maior alvo da operação, logo recebe a pecha de “defensor de corruptos.” Nessa atmosfera inquisitorial, só a lugar para uma verdade: a propalada pelo mercado econômico, no qual são intercambiadas as coisas que têm preço (SANTOS, 2016). É difícil compreender essa confiança ilimitada depositada no mercado, visto que a desonestidade caminha pari passu com a produção da riqueza. Não é desprovida de fundamento a indagação levantada pelo espertalhão Mac Navalha, na “Ópera dos três vinténs”: “O que é um assalto a um banco comparado à fundação de um banco?” (BRECHT, 2004, p. 103).

É preciso estar imbuído de imensa má-fé para sustentar a posição de que os índices de corrupção no Brasil decaíram após os eventos que culminaram no impeachment de Dilma Rousseff. Na realidade, o tratamento sensacionalista dos incidentes de corrupção funciona como uma cortina de fumaça para encobrir a corrupção sistêmica inerente ao capitalismo. Toda a encenação resume-se em “[...] fazer um pedacinho de real funcionar como se fosse uma exceção do real, e de lançá-lo como um petisco à opinião pública para que ela volte fundamentalmente à sua submissão àquilo que no fundo é a lei do mundo: a onipresença da corrupção.” (BADIOU, 2017, p. 18). Por todo o canto que se olhe, pululam exemplos de





desfalque, lavagem de dinheiro, estelionato, adulteração ou falsificação de produtos alimentícios ou remédios, fraude contábil e sonegação de impostos, entre outros desvios. Porém, não há maior corrupção do que o abandono dos miseráveis à própria sorte, provocado pela subordinação da totalidade da vida social à lógica mercantil.

Conquanto a hegemonia do mercado pareça natural, ela surgiu apenas no final do século XVIII, como demonstra Karl Polanyi (1886-1964), em “A grande transformação” (2000). Foram necessários dois séculos - XV e XVI - para que o Estado Absolutista conseguisse fazer com que os critérios mercantilistas se sobrepusessem ao protecionismo das cidades e principados. Mesmo no mercantilismo, o desenvolvimento mais amplo experimentado pelos mercados deu-se sob a égide de uma administração centralizada. Toda a argumentação de Polanyi dirige-se contra uma noção da economia desacoplada da sociedade, que, ainda que tenha se tornado dominante no nosso tempo, era desconhecida por completo em outros períodos históricos. Segundo ele, “[...] até a nossa época os mercados nada mais eram do que acessórios da vida econômica [...] O princípio da permuta ou troca subjacente a esse padrão não revelava qualquer tendência de expandir-se às expensas do resto do sistema.” (POLANYI, 2000, p. 89).

A mercadoria, em seu fetichismo, é um “[...] objeto dotado de propriedades físicas metafísicas, sobrenaturais, fantasmagóricas, cujo poder se impõe aos homens, que passam a submeter o sentido de suas ações à lógica mercantil.” (CASALINO, 2015, p. 300, grifo do autor). Para o pensador húngaro, a descrição do trabalho como mercadoria, decorrente da introdução do sistema da fábrica na sociedade comercial, não é nada além de uma ficção, dado que a atividade laboral é indissociável da existência humana: “Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada.” (POLANYI, 2000, p. 94). O mercado é um espaço de troca onde ocorre a compra e venda de mercadorias, que, por seu turno, são produzidas para venda no mercado. Diferente do domínio da política, que é, em última análise, o reino da coerção, a relação de mercado é uma relação livre. Afinal, ninguém é obrigado a comprar ou a vender algo.

A despeito dessa característica livre, que faz com que os mercados autorregulamentados pareçam naturais, os mesmos são um resultado histórico, originado de uma imposição estatal. O pressuposto mais perverso do livre mercado consiste na ideia de que a força de trabalho é uma mercadoria. Seguindo esse raciocínio, nos períodos de queda de demanda, que se repetem

periodicamente na economia de mercado, os desempregados e trabalhadores recém-demitidos desfrutam da absoluta liberdade de morrerem de fome. Por ser um conjunto disperso de forças, o mercado não conta com uma coordenação geral, por meio da qual seja possível planejar quanto vai se produzir e quanto vai se consumir. Sua expansão descontrolada gera crises de superprodução que levam ao rebaixamento dos preços, em razão da pouca demanda. Quando os preços baixam, os investidores deixam de investir, e, com a paralisação dos investimentos, as empresas interrompem a produção. A partir daí, começam as demissões em massa, o que faz com que a demanda diminua ainda mais.

A retomada das atividades econômicas exige, em regra, medidas contracíclicas, de teor keynesiano. Mesmo com a intervenção do Estado, parte das pessoas que perderam o emprego nas fases de declínio não conseguem ser readmitidas nos momentos de recuperação e vão engrossar o que Marx (2014) chamou de exército industrial de reserva. Desse modo, não obstante o capitalismo ser bem-sucedido do ponto de vista da geração de riqueza, produz uma constante expulsão das pessoas que não têm lugar neste modo de produção e que terão sua sobrevivência comprometida a não ser que sejam estabelecidos direitos. A relação servil, por exemplo, por mais dura que fosse aos servos, proporcionava-lhes certos direitos que os protegiam de uma situação de penúria.

Os direitos, formas de relação social extramercantil, emanam da estrutura social. Num mundo regido tão somente por relações de mercado, os direitos sociais desapareceriam e as pessoas ficariam inteiramente vulneráveis:

Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e os excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e as secas nas sociedades primitivas. Os mercados de trabalho, terra e dinheiro são, sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que a sua substância humana natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico. (POLANYI, 2000, p. 95).

A única saída para escapar dessas previsões apocalípticas, que em parte já se cumpriram, é impor politicamente leis e regulações às relações de mercado. O capitalismo já deu provas suficientes de que, deixado a si mesmo, pode levar a espécie humana à extinção. Para evitar esse vaticínio, urge vencer a tendência pós-moderna de negação da universalidade dos direitos



humanos, derivada, ao que tudo indica, de um sentimento de autossuficiência que o mercado busca, de todas as formas, estimular entre os indivíduos. Cabe redescobrir a socialidade ínsita aos seres humanos, que Marx, com apenas 26 anos, soube definir tão bem: “Não apenas o material da minha atividade – como a própria língua na qual o pensador é ativo – me é dado como produto social, a minha própria existência é atividade social; por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim como um ser social.” (MARX, 2010, p. 107, grifos do autor).

### **3 SANTA JOANA: DA CONSCIÊNCIA ALIENADA À CONSCIÊNCIA CRÍTICA**

Ambientada nos matadouros de Chicago, a peça “A santa Joana dos matadouros” tem como pano de fundo a crise econômica ocorrida em 1929, ocasião em que a superprodução deixou os industriais do setor de carne enlatada totalmente à mercê do (mau) humor da bolsa de valores nova-iorquina. A obra é um exemplo eloquente do teatro épico brechtiano, modalidade de representação que gira em torno do conceito de historicidade. Ao contrário das tragédias gregas, em que os personagens não têm outra opção senão resignar-se a um desfecho inelutável, nada é dado de antemão na forma de composição teatral preconizada por Brecht: nem as formas de organização social, nem as relações humanas, nem muito menos a realidade propriamente dita (ROSENFELD, 2010). É curioso observar o quanto os neoliberais rendem tributo à concepção trágica da existência peculiar aos gregos antigos. Tanto esses quanto aqueles compartilham das ideias de que as coisas são como são e de que não há nada que se possa fazer para alterá-las.

O fatalismo do paradigma neoliberal, expresso na defesa intransigente das privatizações, do corte de gastos públicos, da austeridade fiscal, da desregulamentação e do livre comércio, com vistas a fortalecer o papel do setor privado na economia, rendeu-lhe a alcunha de “pensamento único.” (NOVAES, 2008, p. 8). O pós-modernismo, ao abdicar das ideias de progresso e da razão universal, linhas mestras do pensamento moderno, converte-se no equivalente filosófico desse receituário economicista. Brecht, na contramão do derrotismo, renova a fé na inteligência humana.

Ele acredita que o ser humano pode transformar-se e, a partir dessa alteração de seu íntimo, mudar a realidade circundante. Para tanto, faz-se mister que seja confrontado com a realidade mesma, despida das aparências enganosas fabricadas principalmente pela religião. Não por acaso, quando Joana Dark compreende, ainda que tardiamente, como os discursos

religiosos permitem a uma minoria fazer com que a maioria sofra, sem sentir qualquer remorso, vai declarar, com exasperação:

Por isto se alguém aqui embaixo diz que Deus existe  
Embora não esteja à vista  
E que invisível é que ele ajuda  
Deviam bater na calçada a cabeça desse alguém  
Até matar. (BRECHT, 1990, p. 184).

O trecho acima reverbera a constatação marxista de que a “[...] supressão [Aufhebung] da religião como felicidade ilusória do povo é a exigência da sua felicidade real. A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões.” (MARX, 2010, p. 145-146). Brecht, na esteira de Marx, vai empenhar-se em desnudar as mistificações ideológicas que autorizam que o lucro seja visto como algo mais importante que as pessoas. Se as crises do mercado mundial têm algum mérito, é o de revelarem com notável precisão as contradições da produção burguesa (MARX, 1980). Por contradição, entenda-se a ocorrência simultânea de duas forças aparentemente opostas em uma situação, entidade, processo ou evento específicos (HARVEY, 2016).

A contradição, que está para o teatro épico assim como o conflito está para a forma dramática, desponta em vários instantes da peça, como quando a senhora Luckerniddle abre mão de investigar o desaparecimento do marido, morto num acidente de trabalho, em troca de vinte almoços. Joana, com incipiente clarividência, não atribui o comportamento da viúva à maldade, como pretendia o corretor de carnes Slift, mas sim à pobreza. Pedro Bocarra também é contraditório quando, de posse de informações privilegiadas, usa o pretexto de compadecimento com o abate de um vitelo para retirar-se do comércio de carne, enquanto revela, volta e meia, seu desprezo pelas pessoas: “Eu tenho compaixão pelos bois, o ser humano é ruim.” (BRECHT, 1990, p. 50).

Igualmente contraditória é a destruição de um terço dos rebanhos existentes, para reduzir a oferta e elevar os preços, no momento em que a produção está parada e fome grassa em todos os cantos. Snyder, major dos boinas pretas, ao sugerir candidamente que a carne, que então não valia nada, fosse distribuída aos pobres, obtém como resposta que são esses mesmos pobres os compradores do produto. No entanto, a maior contradição exposta por Brecht é a transformação do trabalho, atividade definidora, por excelência, da natureza humana, em fator de desumanização. A mensagem central da peça é que, enquanto os trabalhadores não se organizarem politicamente, continuarão a ser a carne mais barata do mercado.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem der uma breve olhada no catálogo de serviços de streaming como a Netflix e a Amazon Prime Video vai se deparar com uma imensa oferta de filmes e séries distópicos, nos quais se retrata um futuro nada acolhedor para a espécie humana. Tecnologias que se voltam contra seus criadores, governos opressivos que controlam com mão de ferro toda uma população, conflitos generalizados deflagrados pela degradação das condições econômicas, sociais ou ambientais, não há cenário desolador que não tenha sido objeto dessas narrativas ora em voga. Uma vez que a arte reflete a vida, pode-se interpretar essa onda de pessimismo como um sinal dos tempos. Parece não haver no horizonte da humanidade outra coisa que não seja a exacerbção do individualismo, suscitada pela total submissão da vida social à lógica do mercado.

Se as obras fictícias em comento despertassem nas pessoas a consciência da importância da ação política coletiva, tanto melhor. Entretanto, há indícios bastantes para concluir que elas são mero entretenimento, pois, apesar de traçarem um diagnóstico sombrio da condição humana contemporânea, são inábeis em apresentar rotas de fuga de um destino lúgubre, que se avizinha cada vez mais. Nesse sentido, é oportuno colocar as novas gerações em contato com a obra de Bertolt Brecht, para quem a arte que reforça a aceitação passiva das injustiças sociais não merece esse nome. A peça “A santa Joana dos matadouros”, ao expor os efeitos desastrosos desencadeados pela reprodução descontrolada do capital, contribui para legitimar a ação reguladora do Estado na economia, e isso, por si só, justifica sua ampla divulgação.

#### REFERÊNCIAS

ALIGHIERI, D. **A divina comédia: inferno**. Tradução de Italo Eugenio Mauro. São Paulo: Editora 34, 1998.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BADIOU, A. **Em busca do real perdido**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BRAGA, R. O golpe parlamentar e o fim da sociedade salarial no Brasil, **IdeAs** [En ligne], 10, Automne 2017/Hiver 2018, mis en ligne le 19 décembre 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ideas/2220> Acesso em: 08 mai. 2022.

BRECHT, B. Nada é impossível de mudar. **Stylus** (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 33, p. 293, nov. 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-157X2016000200025&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2016000200025&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 08 mai. 2022.



BRECHT, B. **A Santa Joana dos matadouros**. Tradução de Roberto Schwarz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BRECHT, B. **Estudos sobre teatro**. Tradução de Fiana Pais Brandão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

BRECHT, B. **Poemas 1913-1956**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2012.

BRECHT, B. **Teatro Completo em 12 Volumes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. (Coleção teatro; v. 6).

BRECHT, B. A ópera de três vinténs. Tradução de Wolfgang Bader, Marcos Roma Santa e Wira Selanski. In: BRECHT, B. **Teatro Completo em 12 Volumes**. Vol. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CASALINO, V. Ideologia jurídica e capital portador de juros: apontamentos para estudos iniciais. In: KASHIURA JUNIOR, C. N.; AKAMINE JUNIOR, O.; MELO, T. de. (Org.). **Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões : Editorial Dobra, 2015. p. 291-332.

DANIEL, C. **Reflexões brechtianas**. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2013/11/07/reflexoes-brechtianas/> Acesso em: 08 mai. 2022.

DAVIS, M. **Planeta favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DIDI-HUBERMAN, G. **Quando as imagens tomam posição**. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

DUARTE JÚNIOR, J. F. **Fundamentos estéticos da educação**. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

EAGLETON, T. **Marx estava certo**. Tradução de Regina Lyra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Bernhardt A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

JÚNIOR, E. **Urbanização rápida levará 3 bilhões a viverem em favelas até 2050**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2013/07/1442821-urbanizacao-rapida-levara-3-bilhoes-viverem-em-favelas-ate-2050> Acesso em: 08 mai. 2022.

KALLEBERG, A. L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Rev. bras. Ci. Soc.**, n. 69, v. 24, p. 21-30, fev. 2009. Disponível em:





[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092009000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 08 mai. 2022.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2009.

MARX, K. **O Capital – Livro II – O processo de circulação do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico: livro 4 de O capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: DIFEL, 1980.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOVAES, A. Consenso de Washington: crise do Estado Desenvolvimentista e seus efeitos sociais – um balanço crítico. **Revista Ensaios**, n. 1, v. 1, p. 8-22, 2º sem. 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaios/article/view/37102> Acesso em: 08 mai. 2022.

PLATÃO. **Diálogo – Crátilo** (ou da justeza dos nomes). Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 1988.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RESENDE, J. P. de; ANDRADE, M. V. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. **Estud. Econ.**, n. 1, v. 41, p. 173-195, mar. 2011. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612011000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612011000100007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 08 mai. 2022.

ROSENFELD, A. **O teatro épico**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

ROUBINE, J.-J. **Introdução às grandes teorias do teatro**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SANTOS, B. de S. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SARTRE, J.-P. **Crítica da razão dialética: precedido por Questões de método**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.



SERRANO, P. E. A. P. **A justiça na sociedade do espetáculo**: reflexões públicas sobre direito, política e cidadania. São Paulo: Alameda, 2015.

UN DESA – United Nations. Department of Economic and Social Affairs. **World Social Report 2020: Inequality in a Rapidly Changing World** [2020]. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/01/World-Social-Report-2020-FullReport.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

UN-HABITAT. **The challenge of slums**: global report on human settlements 2003. London: Earthscan, 2003.

WRAY, L. R. A minskyan road to financial reform. In: WOLFSON, M. H.; EPSTEIN, G. A. **The handbook of the political economy of financial crises**. New York: Oxford University Press, 2013.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus**. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.